

VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações



Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Ministério do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis**
Curt Trennepohl

Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
Edmundo Soares do Nascimento Filho

Centro Nacional de Informação Ambiental
Jorditânea Souto



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro

Brasília, 2012

EDIÇÃO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis – Ibama

Produção Editorial

Centro Nacional de Informação Ambiental – Cnia

SCEN - Trecho 2 - Bloco C - Edifício-Sede do Ibama

CEP 70818-900, Brasília, DF - Brasil

Telefones: (61) 3316-1225/3316-1294

Fax: (61) 3307-1987

<http://www.ibama.gov.br>

e-mail: editora@ibama.gov.br

Equipe Técnica

Capa e diagramação

Paulo Luna

Normalização bibliográfica

Helionídia C. Oliveira

Revisão

Maria José Teixeira

Enrique Calaf

Vitória Adail Brito

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

V299 *Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações* – Stephen Grant Baines...[et al.]. Organizadores. – Brasília: Ibama; UnB/Ceppac; IEB, 2012.

560 p. : il, color. ; 21 cm

ISBN 978-85-7300-362-8

1. Etnia. 2. Índio. 3. Recursos naturais. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Baines, Stephen Grant. II. Silva, Cristhian Teófilo da. III. Fleischer, David Ivan. IV. Faleiro, Rodrigo Paranhos. V. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. VII. Cnia. VIII. IEB. IX. UnB. X. Título.

CDU(2.ed.)502.175(047)



Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença
CC BY-NC-SA

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Agradecemos

*À Jorditânea Souto,
ao Paulo Luna e à equipe
do setor de editoração do Ibama,
ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Comparados sobre as Américas
do CEPPAC/UnB
e à Maria José Gontijo
do Instituto Internacional de
Educação do Brasil.*

Sumário

Apresentação 11

Introdução 13

Primeira variação: identidade, movimento e territorialização

Capítulo 1 Contatos interétnicos em regiões de fronteiras:
a visão dos Ticuna e dos Galibi do Oiapoque. 19
Claudia López Garcés

Capítulo 2 Memória, identidade e território dos Arara:
uma análise a partir do contexto de identificação da Terra
Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC, Brasil. 43
Cloude de Souza Correia

Capítulo 3 Os Laklãñõ na região do Alto Vale do Itajaí, estado de Santa
Catarina, Brasil. 59
Alexandro Machado Namem

Capítulo 4 Wyty-Catê: cultura e política de um movimento
Pan-Timbira. 97
Jaime Garcia Siqueira

Capítulo 5 Uma aventura entre a cruz e a espada que mudou a história:
20 anos de luta indígena no Rio Negro. 129
Gersem José Santos Luciano

Segunda variação: desenvolvimento e meio ambiente

Capítulo 6 A natureza dos povos indígenas e os povos indígenas e a
natureza: novos paradigmas, desenvolvimento sustentável e a
politização do bom selvagem. 165
Thiago Ávila (in memoriam)

Capítulo 7	Trocando vitalidade: um exemplo de manejo ecológico no noroeste amazônico. 177 <i>Luis Cayón</i>
Capítulo 8	Ecoturismo e conservação no litoral norte da Bahia: um olhar sobre a interação entre cientistas conservacionistas e a comunidade costeira. 205 <i>David Ivan Fleischer</i>
Capítulo 9	Os Tremembé do litoral nordestino e um empreendimento turístico internacional. 229 <i>Isis Maria Cunha Lustosa e Stephen G. Baines</i>
Capítulo 10	São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico. 247 <i>David Ivan Fleischer e Rodrigo Paranhos Faleiro</i>
Capítulo 11	Dois conceitos articuladores no contexto indigenista de Roraima: projeto e desenvolvimento.283 <i>Maxim Repetto</i>
Terceira variação: conflitos, direitos e Estado	
Capítulo 12	Náwa, índios ou ribeirinhos? Quando os órgãos públicos entram em conflito. 321 <i>Rodrigo Paranhos Faleiro</i>
Capítulo 13	Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno. 339 <i>Luis Guilherme Resende de Assis</i>
Capítulo 14	Projeto de mineração do São Francisco e da Terra Indígena Araré/MT: um caso de negação ao exercício da governança local 351 <i>Cláudia Tereza Signori Franco</i>
Capítulo 15	A identificação de terras indígenas como objeto de investigação antropológica. 367 <i>Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves</i>

Quarta variação: etnicidade, midiaticização e outras metamorfoses

- Capítulo 16 Por uma Antropologia visual das relações interétnicas: impressões sobre a exclusão social e a inclusão da arte indígena em Vancouver, Canadá. 399
Cristhian Teófilo da Silva
- Capítulo 17 Além da técnica: o simbólico nas artes indígenas. 419
Katianne de Sousa Almeida
- Capítulo 18 Um estudo das transformações musicais e festivas entre os Kalunga de Teresina de Goiás, Brasil. 447
Thais Teixeira de Siqueira
- Capítulo 19 Los petroglifos de América del Sur. 467
Santiago Plata Rodríguez
- Capítulo 20 Comentários sobre Yanomamo Series. 479
Maria Inês Smiljanic
- Capítulo 21 Metamorfoses Sanumá e a subjetivação dos objetos. 497
Sílvia Guimarães

Quinta variação: perspectivas extracontinentais

- Capítulo 22 Identidades sociais no Líbano: sectarismo, etnicidade e outras variáveis. 511
Leonardo Schiocchet
- Capítulo 23 De anedotas antropológicas a perspectivas do contato em África: reflexões Herero. 539
Josué Tomasini Castro

Apresentação

Está completando 15 anos que o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) surgiu, em 1997, a partir de uma conversa entre Maxim Repetto que, à época, estava cursando o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, e Stephen G. Baines, professor do Departamento de Antropologia, que vem coordenando o Grupo desde o início. Nos anos anteriores, organizamos alguns seminários sobre temas relacionados à etnologia indígena com enfoque em relações interétnicas, e com a criação do Geri, sistematizamos reuniões informais em que alunos da pós-graduação e da graduação em Antropologia, professores, indigenistas e outros podiam apresentar suas pesquisas relacionadas a temas de relações interétnicas, no sentido amplo. As reuniões do Geri, que vêm acontecendo de três em três semanas, nas tardes de sextas-feiras, tornaram-se um espaço para discutir pesquisas em andamento, teses de doutorado e dissertações de mestrado e de graduação em fase de elaboração final ou já defendidas, além de trabalhos de indigenistas interessados em compartilhá-los num ambiente acadêmico com a presença de alguns dos alunos mais dedicados do Departamento de Antropologia. As reuniões do Geri representam um espaço para discussões livres de professores e alunos, muitos dos quais trabalham em etnologia indígena, mas não exclusivamente, abrangendo outras pesquisas que lidam com relações interétnicas.

Com a saída de Maxim Repetto para realizar sua pesquisa de campo sobre organizações indígenas e educação superior indígena em Roraima e, posteriormente, para assumir o cargo de professor concursado do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena na Universidade Federal de Roraima, outros alunos e ex-alunos do Departamento de Antropologia da UnB (DAN) assumiram voluntariamente a organização das reuniões do Geri. Foi criada uma home page no site da UnB com a colaboração de Maxim Repetto e, posteriormente, de Cristhian Teófilo da Silva, então aluno de doutorado do Departamento de Antropologia, depois professor concursado do Ceppac/UnB. Em 2006, o Geri passou a constar como evento de extensão da UnB, atraindo mais alunos e pessoas interessadas.

A partir de 2009, o Geri foi ampliado incluindo o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe (Ceppac), da UnB, tendo os professores Stephen G. Baines e Cristhian Teófilo da Silva como coordenadores pelo DAN e pelo Ceppac, respectivamente.

Ao completar 10 anos, o Geri e os seus atuais colaboradores Cristhian Teófilo da Silva e Rodrigo Paranhos sugeriram a publicação de um livro que reunisse alguns dos trabalhos apresentados. A resposta nos surpreendeu e muitas pessoas expressaram seu interesse em publicar artigos baseados nas suas apresentações.

A partir de intenso diálogo com os autores, que perdurou 3 anos, os quatro organizadores deste livro prepararam o material que o compõe. Em seguida, ao iniciarem os contatos com possíveis editoras que pudessem editá-lo, foram surpreendidos com a manifestação de interesse de quatro delas. Após quase um ano de negociação com várias editoras interessadas na publicação, o livro foi encaminhado às Edições Ibama, que realizou os serviços de editoração e disponibilizou o livro gratuitamente em seu catálogo virtual. Já a impressão desse livro foi viabilizada graças ao apoio financeiro de coeditores, Instituto Internacional de Educação do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do CEPPAC da Universidade de Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas e Departamento de Antropologia.

O conjunto de trabalhos disponibilizados neste livro reforça a seriedade de experiências nascidas na informalidade ou no compromisso com um tema. Dividida em cinco partes, a obra contempla com excelência temas e recortes ainda pouco explorados, abrindo espaço para novas discussões e reflexões no campo das relações interétnicas. Com este livro, convidamos os leitores a navegarem por essas páginas em uma singular experimentação de alteridade por meio das relações interétnicas.

QUARTA VARIACÃO

etnicidade, midiatização
e outras metamorfoses



Capítulo 16

Por uma Antropologia visual das relações interétnicas: impressões sobre a exclusão social e a inclusão da arte indígena em Vancouver, Canadá¹

Cristhian Teófilo da Silva

Introdução

A experiência de pesquisa que propiciou este trabalho partiu de entrevistas com antropólogos, lideranças indígenas e artistas indígenas urbanos. Resulta de uma viagem de campo em *Downtown Eastside Vancouver* e visa reproduzir aspectos intersubjetivos de um novo campo de observação etnográfica, expondo dados preliminares e imagens que permitiram vislumbrar temas e problemas para pesquisas futuras. Os diálogos com os interlocutores mencionados possibilitaram reunir informações sobre como políticas públicas na área de saúde, educação, moradia, reconhecimento territorial e étnico são interpretadas e experimentadas individualmente por uma liderança e um artista indígena na cidade de Vancouver. As fotografias, por sua vez, revelam outro discurso, talvez o mais imediato, de expressão da situação histórica vivida pelos povos indígenas no Canadá multicultural.

Este ensaio será concluído com a formulação de um tema clássico na Antropologia Social: os empréstimos ou apropriações culturais e seus modos de efetivação, tal como ocorre entre indivíduos e grupos sociais distintos que partilham eventualmente de um mesmo espaço. Ainda que seja um tema clássico, esse problema de pesquisa para interpretar as relações interétnicas

¹ As primeiras impressões que subsidiam este ensaio foram obtidas em um estudo de 4 semanas, de setembro a outubro de 2004, em Vancouver e Montreal e contou com recursos concedidos pelo Faculty Research Program da Embaixada do Canadá no Brasil. Agradeço a Melvin Henry, pela receptividade nas ruas de Vancouver, e a Don Bain (Ubic) pela apresentação generosa dos problemas sociais vividos pelos índios no Canadá e suas respectivas estratégias de confronto político e de resistência. Agradeço ao Dr. Stephen Grant Baines (UnB) pela oportunidade de apresentar uma primeira versão deste ensaio no Geri. Finalmente, agradeço à Dra. Patrícia Trindade Maranhão Costa por suas sugestões de apresentação deste artigo.

em Vancouver não se apoiará na etnologia indígena feita no Canadá ou nos Estados Unidos, e também não será desenvolvido a partir dos marcos de uma etnografia urbana propriamente dita. O problema de pesquisa ora construído sugere outra abordagem às cosmologias do capitalismo (SAHLINS, 1990), enfatizando menos as culturas locais indígenas e seus esforços de assimilação lógica e ontológica do sistema mundial, e mais as tradições institucionais políticas e econômicas que assimilam esteticamente e lucrativamente a arte indígena no espaço público urbano, universitário e empresarial, ao passo que excluem as pessoas e a autoria indígena dessa mesma arte (PRICE, 2000).

As entrevistas e fotografias mimetizam parcialmente minha aproximação a um contexto culturalmente estranho e socialmente diverso, mas permeado de lugares-comuns prescritos para os índios, sua cultura material e seus problemas no interior das sociedades nacionais do Norte e do Sul. É nesse sentido que o teor das relações interétnicas em Vancouver foi preliminarmente apreendido e será apresentado na forma de um ensaio de Antropologia Visual das Relações Interétnicas.

Impressões e informações preliminares

Com o propósito de subsidiar o leitor menos familiarizado com a situação demográfica e política referente aos povos indígenas no Canadá, apresento as seguintes informações e mapas obtidos de páginas eletrônicas do governo canadense e da província da Columbia Britânica². Os dados serão subsidiados com minhas próprias anotações de campo obtidas a partir das conversas com antropólogos, lideranças indígenas e moradores indígenas na cidade de Vancouver.

A população canadense atinge o número de 31,5 milhões de pessoas, distribuídas entre 28% de descendentes britânicos, 23% de descendentes franceses, 3% de descendentes italianos e 2% de indígenas. Os demais grupos distribuem-se entre alemães, ucranianos, holandeses, gregos, poloneses e chineses, majoritariamente.

A partir de dados do *Indian and Northern Affairs (Inac)* – órgão federal canadense responsável pelas políticas e programas indigenistas – são reconhecidas 608 Primeiras Nações ou *First Nations* no Canadá³. Apesar

² Disponível em: <www.ainc-inac-inac.gc.ca/index-eng.esp>; <www.gov.bc.ca/arr/treaty/gerional.html>; <www.gov.bc.ca/arr/firstnation/maps/map_2.htm>; <www.ainc-inac.gc.ca/gs/dem_e.html>; <www.vs.gov.bc.ca/stats/features/indian/exec.html#po>.

³ Expressão adotada a partir dos anos de 1970 no lugar de bandos e índios, considerados termos pejorativos.

de mais de um quarto dos povos indígenas viverem nas 25 maiores áreas metropolitanas do país, 80% das comunidades indígenas estão situadas no interior de áreas florestais nas províncias do norte. Das 608 primeiras nações, apenas 240 possuem direitos territoriais reconhecidos.

A população indígena canadense é classificada por três categorias: *status indians*, *métis* e *inuits*. Segundo essa categorização, 4,4% dos canadenses possui ancestralidade indígena, segundo dados do censo realizado em 1997.

A informação censitária de maior relevância produzida no Canadá, entretanto, aponta para a crescente concentração das populações indígenas nas cidades. Tal informação adquire dimensões continentais se comparadas aos dados do último censo realizado no Brasil, por exemplo, que acusou fenômeno semelhante. Segundo dados do censo do IBGE, realizado em 2000, 734 mil pessoas se autodeclararam indígenas e, destas, 383.298 ou 52,22%, aproximadamente, estão nas cidades. No Canadá, por sua vez, menos de 41% dos índios reconhecidos (*status indians*) vivem fora das reservas. Entretanto, *from 1981 to 1991, the urban aboriginal population grows by 62% compared to 11% for other urban Canadians. By 2016, the urban Aboriginal population is projected to be 457.000 (...). (1991 Census/ Aboriginal Peoples Survey – APS, RCAP Projections).*



Placa da Native Housing Society. Foto: CTS, 2004.



Apartamentos indígenas na cidade de Vancouver. Foto: CTS, 2004.

Na província da Columbia Britânica vivem, atualmente, 131.718 *status indians*, o que implica a proporção de um índio para cada 30 habitantes. O perfil das comunidades indígenas nas reservas compõe um cenário de não mais que 500 residentes em sua maioria, ressaltando que no Canadá apenas 11% das comunidades indígenas em reservas têm mais de 2.000 residentes. Do total de índios residentes nas reservas, 53% têm menos de 25 anos. Os mapas abaixo possibilitam a melhor visibilidade dessa distribuição:

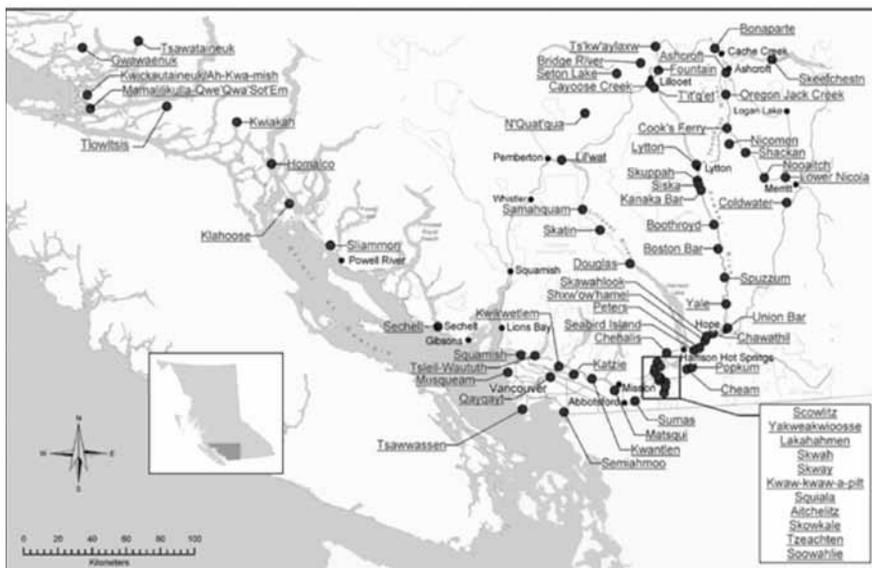
As seis regiões administrativas da Província da Columbia Britânica são:



Fonte: British Columbia, 2009 <www.gov.bc.ca/arr/traty/regional.html>

Figura 1 – Regiões administrativas da Columbia Britânica.

Localização das comunidades indígenas na área de Vancouver.



Fonte: Bristish Columbia, 2009 <http://www.gov.bc.ca/arr/firstnation/maps/map_2.htm>

Figura 2 – Comunidades indígenas de Vancouver.

Lugares (discursivos) comuns da política étnica no Canadá

Time frame guide our political strategies. We live on a permanent state of conflict.

Don Bain

Por recomendação de um antropólogo da University of British Columbia, obtive a sugestão de conversar com lideranças indígenas da Union of British Columbia Indian Chiefs (UBCIC) (Figura 3). As impressões registradas resultam de uma conversa não agendada no escritório da UBCIC em Gastown, Vancouver. O escritório encontra-se em área valorizada (em termos imobiliários) de *Downtown Vancouver*, em um prédio próximo a algumas lojas de comercialização de arte e artesanato indígena, e a UBCIC é reconhecida por seu engajamento na reivindicação do reconhecimento dos direitos territoriais indígenas na província da Columbia Britânica.



Figura 3 - Artista e proprietário indígena em Gastown. Foto: CTS, 2004.

Após apresentar-me como antropólogo brasileiro a Don Bain, vice-diretor executivo da UBCIC, e informar sobre meus interesses de pesquisa, estabelecemos uma conversa de mais de 3 horas sobre os problemas vividos pela *First Nations* e suas organizações, diante de corporações e ações do Estado canadense. Não tomei notas diretamente, desse modo, as informações devem ser consideradas como resultado do registro feito após o diálogo espontâneo estabelecido com Don Bain. Nesses termos, este texto foi elaborado a partir de um entendimento intersubjetivo. Portanto, as impressões não devem ser creditadas a uma ou outra parte envolvida no diálogo, como se o antropólogo estivesse diante de um informante que presta um depoimento sobre sua cultura, mas ao sentido comum entre interlocutores que reconhecem nos seus pontos de vista e formas de conversar o teor extremamente assimétrico de uma estrutura social política e economicamente desfavorável aos índios nos respectivos países dos quais fazem parte.

É desnecessário dizer que esse reconhecimento surge da aceitação recíproca de nossas experiências individuais de envolvimento com os problemas indígenas no Canadá e no Brasil. Trata-se, portanto, de um diálogo assentado na crença de uma comunidade interétnica de comunicação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) que tem na observação das condições de vida dos povos indígenas e das políticas étnicas (ou indigenistas) dos Estados Nacionais sua área de interesse e jogo de linguagem comum.

Um indicador dessa comunalidade de comunicação, argumentação e interesses surgiu da disposição de Don Bain de historicizar as relações interétnicas a partir de ações governamentais e estatais (algo comum na interpretação antropológica de relações de dominação entre povos indígenas e estados), assim como de explicar os problemas indígenas a partir das práticas governamentais (algo igualmente comum na prática antropológica de *advocacy* ou assessoria política aos povos indígenas).

O *Indian Act*, de 1840, por exemplo, foi mencionado por Don Bain em nossa conversa como a política étnica responsável pelos atuais problemas indígenas, pois teria sido responsável pela regulamentação oficial dos casamentos interétnicos, separando os *status indians* dos demais grupos a partir da regra das duas gerações. Isso teria regulamentado, conseqüentemente, o acesso de certos índios, em detrimento de outros, aos direitos e recursos assistenciais, disponíveis para essa população, na qualidade de *status indians*.

Dito de outro modo, a legislação foi apresentada por Don Bain como forma de expropriar os índios do direito a ter direitos por meio de práticas classificatórias sobre a definição de suas identidades e pertencimento étnico: *It's all about 'administrative units' for the Federal Government, number, files, expenses, accountances...*

Estabelecido o pressuposto de que governos seriam forças decisivas dos problemas vividos pelos índios, Don Bain encontrou uma base para expressar sua interpretação das relações interétnicas no Canadá. Os dados do censo canadense de 2001, que: “...determined that the majority of indians moved to cities and away from reservations”, resultariam da ação oficial, pois o *status indians* nas cidades: “... rely on provincial, municipalities services when they are on the streets”. A dependência indígena do governo resultaria, nas palavras de Don Bain, em um “slow slide down” para os índios nas cidades.

A divisão do trabalho indigenista organizado entre direitos indígenas como uma questão federal, de um lado, e as terras como um problema provincial e a assistência indigenista como um tema municipal, de outro, seria outro fator agravante das atuais condições de vida dos índios. Colocado de outro modo, do ponto de vista do governo federal, as províncias seriam parte do problema que acarreta o êxodo indígena para as cidades, à medida que não lhes reconhece o direito às terras (particularmente, na Columbia Britânica). Já do ponto de vista do governo provincial, o governo federal seria responsável pela situação de pobreza em que vivem os índios nas cidades, pois os programas assistenciais para índios são uma responsabilidade municipal que deveria contar com recursos de programas do governo federal (Figuras 4 e 5). Cria-se, desse modo,

um conflito de interesses em torno dos índios como um problema, onde cada instância governamental empurra uma das faces do mesmo problema para a outra instância.



Figura 4 -Artista indígena, de Vitória, nas ruas de Vancouver. Foto: CTS, 2004.



Figura 5 - Artistas indígenas nas ruas de Vancouver. Foto: CTS, 2004.

Uma manifestação perversa dessa situação surge na fala de Don Bain quando comenta que: “status cards to have access to medical care and those (Indians) who present them are asked to pay up front because there have been a conflict of interest between the federal, province and city instances regarding who is to take responsibility for them?”. E acrescenta: “funding for Indians has been static for 25 years in the Canadian government and small allowances for housing has been static since 1986”.

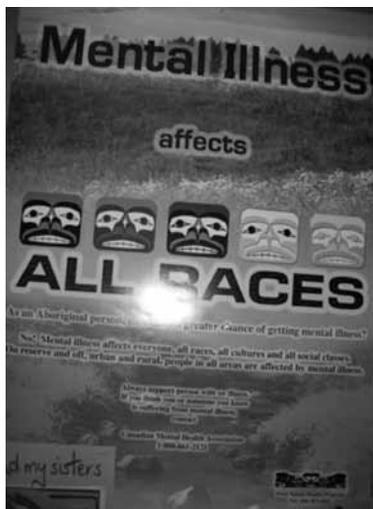


Figura 6 - Cartaz de programa de saúde para os índios nas cidades. Foto: CTS, 2004.

Para sobreviver, os índios com baixa escolarização formal ou especialização buscam empregos nas posições mais baixas da estrutura social ou nas empresas multinacionais de mineração, madeireiras etc. Os índios desempregados vão para as cidades não como uma questão de imigração, mas de expropriação, pois suas terras são adquiridas no processo de pauperização advindo de sua exclusão do mercado de trabalho regional (Figura 6). Isso não impede, entretanto, a formação de uma elite indígena composta a partir de classes indígenas de artistas, empresários, políticos, acadêmicos etc., socialmente reconhecidos pela sociedade canadense (Figuras 7 e 8).



Figura 7 - Escultura do artista Haida, Bill Reid, exposta no Museu Antropológico da Universidade da Columbia Britânica. Foto: CTS, 2004.



Figura 8 - Restaurante de propriedade de uma indígena Gitksan em Vancouver. Foto: CTS, 2004.

Quanto aos tratados territoriais, um não é considerado legal até que seja provado como verdadeiro por um tribunal. Isso custa milhões de dólares aos povos indígenas: *So the government is playing First Nations poverty to gain time for the development projects. Até o momento de escrita deste artigo, nenhum tratado territorial havia sido negociado na Columbia Britânica simplesmente por uma questão de racismo, afirmou Don Bain.*

No âmbito provincial, os processos de reconhecimento das terras indígenas seriam tratados nos seguintes termos: “Indians have to prove they were at such and such place prior to 1846. That’s when the Crown claimed sovereignty to this part of the Country”. A essa situação em que os índios devem provar que vivem onde vivem ininterruptamente, Don Bain sugere estudos não antropológicos de etno-história, mas um estudo antropológico sobre a mentalidade jurídica dos juizes canadenses, pois essa é uma situação, para ele, de verdadeiro estranhamento.

Por que os índios deveriam provar a ocupação contínua de um mesmo território quando os ingleses e canadenses ocuparam o mesmo território somente após os povos indígenas e pela força? *The peaceful and tolerable self-image that Canada tries to sustain is hypocritical, conclui Don Bain.*

Quanto aos grandes projetos econômicos em territórios indígenas, os juizes e demais operadores do Direito falam atualmente em *consultation*, porém:

“What is consultation to an Indian community regarding the interest to build a mine in their land?” Os juízes sugerem, portanto, a implementação da ideia de: *meaningful consultation*. Segundo Don Bain: “translating a World view into a legal context, that’s what us indians are struggling to do”.

Rápido esboço de um índio socialmente excluído

Aboriginality is like being perpetually on stage (Noel Dyck)

Como contraponto à visão politicamente engajada de Don Bain, menciono meu encontro com Melvin Henry, artista indígena sem-teto, quando caminhava pelas ruas de *Downtown Vancouver*. De Melvin Henry encomendei um desenho e enquanto ele o esboçava, conversávamos. O encontro aconteceu na esquina da Granville com a Georgia St., em frente à London Drugs e próximo à Sears, no Pacific Centre Mall. Aqueles mais familiarizados com a cena urbana de Vancouver reconhecerão que estávamos em uma zona altamente valorizada, frequentada por executivos e funcionários de grandes corporações e escritórios financeiros. “Melvin Henry montou seu escritório em um local bastante valorizado”, ironizou um dos meus interlocutores canadenses.



Figura 9 - Melvin Henry desenhando e recebendo *donations* em Vancouver. Foto: CTS, 2004.

Perguntei a Melvin Henry se ele importava-se de conversar enquanto desenhava (Figura 9). Ele concordou e me sentei ao lado dele na calçada. Algumas pessoas passavam por nós, outras nos ignoravam ou faziam *donations*

a Melvin Henry, enquanto outras entretinham-se em acompanhar uma reportagem que a *MTV* canadense fazia no local. Para os pedestres nativos, nós, um estrangeiro e um índio, compúnhamos circunstancialmente um mesmo grupo, socialmente excluído e, portanto, invisível.

Apresentei-me a Melvin Henry como antropólogo brasileiro e perguntei de onde ele era: “I am not from this world”, foi sua resposta. Melvin Henry nasceu durante um voo que sua mãe fazia para o hospital próximo à reserva indígena onde viviam. Ele foi criado próximo a Whistler Mountain. “Skatin” ou “Samahquam” Nation teria sido o nome de seu povo (não compreendi corretamente), porém ele pediu para ser identificado como *First Nation*. Segundo essa versão da sua biografia, para um antropólogo estrangeiro, Melvin Henry foi estudante de psicologia na Simon Fraser University e desistiu dois anos antes de se graduar “para ver o mundo”. O que compreendeu viagens a Seattle e Winnipeg.

Ao contrário da entrevista com Don Bain, assentada na percepção de que participávamos de uma comunidade interétnica de comunicação composta por ativistas, antropólogos, lideranças, indigenistas etc., todos dedicados à questão indígena na perspectiva de um sentido comum, a conversa com Melvin Henry se sustentou sobre discriminações étnicas que faziam de mim um comprador de arte exótica indígena e, ao mesmo tempo, faziam dele um índio excluído de um país de Primeiro Mundo.

Melvin Henry tem uma namorada branca com quem divide as *donations* e eles costumam permanecer em Vancouver durante o verão. Ambos não podem compartilhar o mesmo alojamento, pois há uma preocupação dos assistentes sociais de que eles possam ter filhos caso coabitem o mesmo alojamento, gerando um problema de identificação e classificação para seus filhos. Enquanto conversávamos, sua namorada manteve-se ocupada *making money*. Para isso, fingia ser *junkie* e *mentally handicaped* perante os pedestres.

A partir de uma retórica de autovalorização, Melvin Henry alega que seu trabalho está na China, Japão, Nova Zelândia, Brasil e EUA: “people buy it and brig it back home”. Seus desenhos custam em torno de vinte dólares canadenses. Sua habilidade para o desenho e para a escultura em madeira foi desenvolvida com professores indígenas, mas ele afirma também ter “se ensinado”.

Quando perguntei o que ele faria se não estivesse desenhando nas ruas, sua resposta foi rápida: beber. Comentou a falta de emprego para quem é



pobre. Disse que as pessoas são ruins e tratam mal os pobres por não saberem como são as coisas *below here*.

Essa rápida troca de informações e de impressões sugere outro jogo de linguagem interétnico que não se confunde com o diálogo estabelecido a partir do campo das organizações indígenas e da política interétnica do Brasil e do Canadá. A definição da situação (GOFFMAN, 1996) se constrói intersubjetivamente pelo controle de informações e da identidade pessoal (GOFFMAN, 1988) que Melvin Henry e eu apresentamos na rua, compreendida como espaço público, aberto e livre para interações impessoais e passageiras. O diálogo interétnico, nesse caso, dá-se pela encenação de papéis prescritos e estereotipados para índios e brancos na cena multicultural canadense, isto é, Melvin Henry atua como “First Nation”, vinculando a sua autorrepresentação imagens de exotismo, resistência, liberdade, opressão, pobreza, desprendimento, espiritualidade etc. Eu atuo como antropólogo, vinculando à minha autorrepresentação imagens de benevolência, tolerância, superioridade, abertura etc. Dramatizamos, em pequena escala, o jogo assimétrico das relações interétnicas da sociedade canadense que pode ser percebido em larga escala quando contraposto ao discurso imagético em torno da arte indígena interpretada pelas críticas mencionadas por Don Bain acerca da política oficial para índios no Canadá.

A exclusão social do índio e a inclusão econômica da arte indígena em Vancouver

Após ter sido sensibilizado pelas conversas descritas ao lado de exposições de arte indígena em aeroportos, museus, bancos, escritórios, restaurantes, praças, parques etc., uma questão passou a se impor como central para a compreensão do teor das relações interétnicas no Canadá e, em particular, na cena urbana de Vancouver: como correlacionar a exclusão social dos índios na cidade com a ubiquidade da exposição da arte indígena (epitomizada pelos totens e máscaras) na cena urbana de Vancouver, em particular nas instituições de seu sistema financeiro e empresarial (Figuras 10, 11, 12, 13)? Em que medida essa aparente contradição acessa o sentido da autoimagem pacífica e tolerante que o Canadá busca sustentar para si e outras nações? Qual o papel desempenhado pela Antropologia e pelos antropólogos nesse estado de coisas?



Figura 10 - Esculturas indígenas no Aeroporto Internacional de Vancouver. Foto: CTS, 2004.



Figura 11 - Painel indígena na recepção do Royal Bank of Canada, em Vancouver. Foto: CTS, 2004.



Figura 12 - Totens expostos em parque de Vancouver. Foto: CTS, 2004.



Figura 13 - Escultura indígena em frente a prédio corporativo de Vancouver. Foto: CTS, 2004.



A exclusão social manifestada na forma de uma invisibilização do artista indígena (evidenciado pelo anonimato de suas obras em certas instituições) aliena o sujeito étnico do direito ao reconhecimento de sua obra e de seu valor. Esse é um aspecto da vida nas ruas da cidade que artistas indígenas, além de Melvin Henry, reconhecem como constitutivo de suas experiências. A arte indígena é assim abduzida de seu contexto de produção e transformada em fetiche para consumidores/apreciadores capitalistas (indivíduos, empresas ou museus) e tem seu valor ampliado quando inserida no jogo de linguagem da teoria antropológica, que confere a elas um lugar destacado na história da humanidade. Por exemplo, Lévi-Strauss teria sugerido que a cultura material no oeste do Canadá seria parte de um renascimento cultural americano.

Além das contradições inerentes ao campo e ao mercado das artes, o importante a ser ressaltado aqui, parece-me, é o não dito desse processo de alienação (do artista) e fetichização (da arte indígena). Em que reside a eficácia simbólica na lógica (capitalista?) de apropriação cultural da arte produzida pelos índios (socialmente excluídos ou não)?

É desnecessário dizer que, em uma sociedade de capitalismo avançado, os produtos culturais possuem maior relevância do que os sujeitos da produção, a não ser que esses sujeitos sejam o meio de produção (para o qual recebem um pagamento mínimo) ou eles próprios sejam o produto a ser consumido. A apropriação cultural da arte indígena no contexto do capitalismo financeiro canadense apontaria, portanto, para a fixação de significados profundos ligados à própria história do colonialismo e a sua lógica de dominação (aspectos que não foram apresentados neste artigo).

Se, como bem observou e interpretou Price (2000, p. 21), “qualquer tradição artística na qual o objeto, ao ser retirado do seu ambiente cultural de origem, tem seu valor de mercado automaticamente inflacionado, alcançando um preço dez ou mais vezes maior”, pois quando retirado do seu ambiente cultural de origem, o artista indígena não consegue alcançar qualquer reconhecimento social e sua arte sofre deflação dez ou mais vezes maior? Seria um paradoxo do capitalismo que populações excluídas socialmente tenham sua produção artística valorizada economicamente e apropriada esteticamente para a decoração de antessalas de instituições do capital financeiro como se pode notar nas fotografias tiradas em aeroportos, bancos e praças de centros financeiros?

A título de hipótese e de conclusão – pois este artigo não visa responder às questões levantadas, mas levantar questões para serem examinadas –, o que os lugares-comuns ocupados pelos índios e sua arte em Vancouver parecem revelar é um jogo assimétrico de trocas culturais, onde símbolos indígenas

atuantes nos sistemas sociais locais do oeste canadense são paulatinamente apropriados por instituições políticas e econômicas nacionais e transnacionais (Figura 14).

Em complemento ao que afirma Sahlins (1990), o que postula o encontro intercultural não é somente o exame de como povos indígenas tentam integrar a experiência do sistema mundial em algo que é lógica e ontologicamente mais inclusivo – seu próprio sistema de mundo – mas como instituições do sistema mundial tentam integrar a experiência dos índios e suas visões de mundo em algo que é lógica e economicamente mais produtivo (suas terras, força de trabalho, arte e cultura material). Nesses termos, seremos obrigados a reconhecer que a história do capitalismo mundial (SAHLINS, 1990, p. 53) depende tanto dos diversos modos como são mediadas forças materiais globais em esquemas culturais locais quanto dos modos como sujeitos e tradições culturais locais são apropriados por forças materiais e esquemas (pós)coloniais globais.



Figura 14 - Em primeiro plano, velhos totens. Em segundo, novos totens. Foto; CTS, 2004.

Referências

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, 2000.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PRICE, S. (1991). **Arte primitiva em centros civilizados**. Tradução de Inês Alfano. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

SAHLINS, M. Cosmologias do capitalismo: o setor trans-pacífico do 'sistema mundial'. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. 16., 1990. **Anais...** Campinas: IFCH.

Sobre os autores

Alexandro Machado Namem

Antropólogo e Professor Adjunto de Antropologia na Universidade Federal de Roraima (UFRR) (e-mail: alexandronamem@hotmail.com). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas bolsas de estudo concedidas de 1998 a 2001, durante curso de doutorado não concluído na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFRR, pelas sucessivas liberações de 2002 a 2007, para a realização de trabalhos de campo entre os Laklânô; aos colegas Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília-UnB), Marco Antonio Lazarin (Universidade Federal de Goiás-UFG) e Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ), pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; aos colegas do doutorado Sidnei Peres (Universidade Federal Fluminense-UFF), da Unicamp, e Marcela S. Coelho de Souza (UnB), em disciplinas no Museu Nacional; aos amigos e/ou colegas que leram versões anteriores deste texto, inclusive pelas sugestões nem sempre incorporadas; ao amigo Sávio L. Sens (Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC/PR), pela convivência nesses 10 anos em que nos conhecemos e pelos apoios nas horas em que mais precisei; à Onadir e ao Gerson Dietrich, bem como à família Davi Vinci, em Ibirama (SC), pela amizade e por tudo que fizeram por mim; e ao Rodrigo Paranhos Faleiro (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama), Cristhian Teófilo da Silva (UnB) e Stephen G. Baines (UnB), por publicarem este texto. Ao último, também, pela amizade e pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; dedico este texto à Vanessa Lea (Unicamp), à Lana Araújo, ao Rafael José de Menezes Bastos (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC), à minha avó materna Maria Lúcia da Silva Machado (in memoriam), às minhas mães Laklânô Iocô Uvânhecû e Aneglon Ndili, e aos meus netos Lucca Giacomazzi Picon e Sara Feijó.

Claudia López Garcés

Antropóloga, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA). clapez@museu-goeldi.br

O artigo está baseado na pesquisa entre os Ticuna da trifronteira Brasil/Colômbia/Peru para o Doutorado em Antropologia pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e o Caribe (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB) (2000),

e numa pesquisa entre os Galibi do Oiapoque, na fronteira Brasil/Guiana Francesa, efetuada entre os anos 2001-2002. Agradeço à Capes pela bolsa de doutorado e ao CNPq pela bolsa para efetuar a pesquisa na fronteira Brasil/Guiana.

Cláudia Tereza Signori Franco

Possui Graduação e Pós-Graduação em Antropologia Social pelas Universidades de Brasília (UnB) e Católica de Brasília (UCB); Especialização em Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial pela UnB e Mestrado (bolsista Capes) em Planejamento e Gestão Ambiental pela UCB. Atua como coordenadora de projetos do Instituto Etno Ambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV, onde realiza a implementação e o monitoramento de projetos de desenvolvimento junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em política indigenista, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento e gestão ambiental em terras indígenas (TIs), Levantamento de Impactos Socioambientais em TIs, Levantamento Demográfico e Fundiário em TIs, Antropologia & Meio Ambiente, Organização Social Indígena e Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Etnodesenvolvimento.

Cloude de Souza Correia

Possui doutorado em Antropologia pelo PPGAS/UnB, concentrando-se nas áreas de Antropologia Ecológica, Sociedades Complexas, Relações Interétnicas e Cartografia Social. Atua principalmente com os seguintes temas: povos indígenas, mapeamentos participativos, unidades de conservação, conflitos socioambientais, gestão territorial e processos fundiários. Nos últimos anos, prestou diversas consultorias para organizações não governamentais e órgãos dos governos Federal e Estadual com o propósito de contribuir com a consolidação de processos de regularização fundiária de terras indígenas e de ações de gestão territorial junto a povos indígenas da Amazônia. Em atividades de docência esteve vinculado ao curso de Comunicação das Faculdades Integradas ICESP por quatro anos. Atualmente, é coordenador de projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), atuando junto a povos indígenas situados em estados da Amazônia brasileira: Rondônia, Amazonas, Acre e Pará. Como coordenador organiza cursos e seminários relacionados com a temática da gestão territorial indígena e do fortalecimento institucional de associações indígenas. Relações Interétnicas; Antropologia Ecológica; Sociedade e Meio Ambiente e Antropologia Política.

Cristhian Teófilo da Silva

Graduado, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), onde é Professor no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). Atualmente, realiza pesquisas comparadas sobre movimentos indígenas,

políticas indigenistas e indigenismo no Brasil e no Canadá, com ênfase nas relações entre maiorias nacionais e minorias étnicas. silvact@unb.br

David Ivan Rezende Fleischer

Trabalha para a Fundação Interamericana (IAF) como representante para o Brasil e o Uruguai. Foi Diretor Executivo da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa) e Coordenador do Instituto Lemann de Estudos Brasileiros na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Trabalhou no Programa- Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no Programa de Pequenos Projetos (PPP) e outros projetos do Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É doutor em Antropologia pela University at Albany (SUNY-Albany) e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). David lecionou Antropologia em universidades americanas e desenvolveu pesquisas sobre a relação de projetos de conservação ambiental com projetos de desenvolvimento comunitário de ecoturismo. Atualmente, na IAF, coordena projetos de desenvolvimento de base no Brasil e no Uruguai.

Gersem José Santos Luciano dados

É índio Baniwa, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995) e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006). Foi membro do Conselho Nacional de Educação no período de 2006 a 2008. Atualmente é doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, Coordenador-Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e Diretor Presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep). Tem experiência na área de Educação, Gestão de Projetos e Desenvolvimento Institucional com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, política indigenista, movimento indígena, desenvolvimento sustentável e povos indígenas.

Isis Maria Cunha Lustosa

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA/UFG. Mestre em Geografia/IESA/UFG. Especialista em Turismo e Meio Ambiente/UECE. Membro do Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: Território e Identidade/IESA/UFG. Colaboradora no projeto As Identidades Sociais e suas Formas de Representações Subjacentes nas Práticas Culturais/IESA/UFG, e no projeto A Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: Estudo Comparativo do Patrimônio Imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe, pela UFG/UFS/UFC. Técnica Especializada em Programa de Cooperação Internacional/MMA/PDA.

Jaime Garcia Siqueira

Doutor em Antropologia Social pela UnB com mestrado também em Antropologia Social pela USP. É professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA),

coordenador de projetos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e atualmente trabalha como coordenador-geral substituto da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental da Funai (CGGAM). Este artigo é baseado em sua tese de doutorado (2007) e seus principais temas de interesse são as configurações contemporâneas dos movimentos indígenas no Brasil, como eles têm lidado com a questão ambiental e o papel do antropólogo diante desses movimentos e das políticas de Estado.

Josué Tomasini Castro

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde 2005 trabalha junto às comunidades Herero na Namíbia. Principais publicações: *Vá e conte ao seu povo: interpretações e mediações no trabalho antropológico*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, v. 3: p. 79-91, 2008; *Sincretismo e Resistência: o caso africano da igreja Oruuano*. Campos (UFPR), v. 9, p. 131-157, 2008; *What's your Nation? Nationalist Itineraries in Namibian History*. Vibrant (Online), v. 5, p. 128-146, 2008.

Katianne de Sousa Almeida

(e-mail:ksantropologia@gmail.com) Mestranda em Antropologia Social da Universidade Federal em Goiás. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás em 2009. Possui graduação em Antropologia (bacharelado), 2006, e Ciências Sociais (licenciatura), 2005, pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Arte Indígena, Patrimônio e Museologia, Revitalização Urbana, Urbanismo, Gênero, Sexualidade e Mídia. Atualmente trabalha como Analista Legislativa na Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Políticas de Saúde para Mulheres, Assessoramento Temático às demandas do Legislativo Goiano.

Leonardo Schiocchet

Ph.D. em Antropologia Social, Boston University (depois de 1º de maio de 2010). Junior Visiting Fellow do Institut für die Wissenschaften vom Menschen, Viena (IWM) (até 30 de junho de 2010).

Luis Cayón

Antropólogo pela Universidad de Los Andes, Bogotá, Colômbia, (1998), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorando em Antropologia Social pela mesma instituição. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É autor do livro *En las aguas de yuruparí. Cosmología y chamanismo Makuna* (2002) e coautor do livro *Etnografía Makuna. Tradiciones, relatos y saberes de la Gente de Agua* (2004). É autor de vários

artigos em capítulos de livros e periódicos nacionais e internacionais, principalmente na área de Etnologia Indígena.

Luís Guilherme Resende de Assis

Doutorando em Antropologia Social; bolsista CNPq. Artigo baseado na monografia de graduação (Resende de Assis, 2004) e no artigo de seleção de mestrado da UnB escrito em 2004. Atualmente, desenvolve pesquisa na Antártida junto a cientistas, militares e alpinistas.

Maria Inês Smiljanic

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve pesquisa entre os yanomães do Alto Toototobi e entre os Yanomami de Maturacá. Coordena a equipe associada do PPGAS-UFPR no Projeto de Cooperação Acadêmica: Etnologia Indígena e Indigenismo – novos desafios teóricos e empíricos, financiado pela Capes.

Maxim Repetto

Bacharel em Humanidades com menção em História - Universidade do Chile (1994), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1997) e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é professor Adjunto III na Universidade Federal de Roraima/UFRR, atuando como professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Realiza Pós-Doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS, DF- México), com Bolsa Capes/MEC/Brasil (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia Política, Antropologia da Educação, Políticas Indigenistas e Indígenas, Movimentos e Organizações Indígenas, Etnologia Indígena e Povos Indígenas em Roraima, educação escolar indígena, com ênfase na Formação de Professores Indígenas, plano de manejo ambiental e etnomapeamento de terra indígena e assessoria em projetos sociais a organizações indígenas.

Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves

Possui graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Possui 14 anos de experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: identificação de terras indígenas, prática antropológica, política indigenista, estudos etnoecológicos de terras indígenas e turismo étnico.

e-mail: rodrigo.chaves73@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2730318839586069>

Rodrigo Paranhos Faleiro

Cursa Doutorado no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da UnB, onde pesquisa grupos indígenas que vivem em áreas protegidas nas fronteiras da Amazônia. Recebeu o título de Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005), com a dissertação *Unidade de Conservação versus Terra Indígena, um Estado em conflito: estudo da influência da pessoa na gestão pública*. Cursou especialização e aperfeiçoamento na Unicamp/Nepam, monografia *Viabilidade do Ecoturismo no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros* (1999); Unicamp/Nepo, *Vetores de Desenvolvimento da Região Norte* (1998); Cesape, *Jalapão: a última fronteira* (1990); Usaid/IIEB, *Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação*, entre outros cursos. Possui seis capítulos publicados em livros (dois outros em fase de publicação no México e nos Estados Unidos), duas dezenas de trabalhos acadêmicos apresentados e publicados em Anais de eventos nacionais e internacionais, e vários outros trabalhos técnicos na área de meio ambiente, populações tradicionais e povos indígenas. Atualmente, está organizando um livro sobre Ecoturismo em Áreas Protegidas com o professor Paul E. Little (UnB) e David Ivan R. Fleischer (Suny), com o qual coordenou três discussões sobre o tema na Reunião de Antropologia Equatorial em Sergipe (2007), Encontro da Associação Americana de Antropologia em San Francisco (2008) e, em junho, no Congresso Internacional de Americanistas no México (2009). Além dessas atividades, trabalhou no Projeto Catalisando as contribuições das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros, na Cooperação Brasil/França em Áreas Protegidas, no Plano de Administração da Área sob Dupla Afetação pelo Parque Nacional Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, no Projeto de Conservação do Cerrado no Jalapão, entre outros.

Santiago Plata Rodríguez

Profissional independente do setor de Artes Interpretativas.

Sílvia Guimarães

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, professora adjunta do Curso de Saúde Coletiva, Campus Ceilândia/Universidade de Brasília. Atua na área de Etnologia Indígena, especialmente nas discussões sobre corporalidade e xamanismo. Este trabalho está baseado em pesquisa de campo realizada entre os Sanumá-Yanomami.

Stephen Grant Baines

Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador 1A do CNPq. Graduado (BA Hons. em Árabe e Sociologia da Religião), University of Leeds, Inglaterra (1971), M.Phil. em Antropologia Social pela University of Cambridge, Inglaterra (1980), e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1988) e Pós-Doutorado (UBC, Canadá; e ANU, Austrália, 2009-2010). É brasileiro naturalizado. Tese de doutorado: *É a Funai que Sabe: A*

Frente de Atração Waimiri Atroari, publicada em forma de livro, em 1991, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq. Possui diversas publicações em periódicos nacionais e internacionais na área de Etnologia Indígena, Identidade e Relações Interétnicas, Antropologia Política, Povos Indígenas e os Impactos de Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional, e Etnicidade e Nacionalidade em Fronteiras. Projeto de Pesquisa atual: Etnologia Indígena Comparada: Brasil – Austrália – Canadá (com pesquisas etnológicas com povos indígenas), pesquisa junto aos povos makuxis e wapichanas sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil/Guiana desde 2000; e acompanhamento da situação dos Tremembé do litoral do Ceará desde 2000. Desde janeiro de 2008 atua sobre a situação de indígenas no sistema penitenciário de Boa Vista/Roraima. Coordenador fundador do Geri em 1997.

Thaís Teixeira de Siqueira

Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006/2010). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2002) e mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Comunidades Quilombolas e Cultura Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio imaterial, INRC (Inventário nacional de referências culturais), turismo cultural, festa, memória, musicalidade, folias, racialidade e pós-colonialidade.

Thiago Ávila (*in memoriam*)

Possuo graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (2001) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Atualmente sou antropólogo consultor da ACT Brasil (Equipe de Conservação da Amazonia). Minhas experiências profissionais são na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: política interétnica, povos indígenas, biopirataria, conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, krahô e indigenismo. Atuei como assessor de organizações indígenas, organizações não-governamentais indigenistas e órgãos governamentais.

Sobre o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas

O Geri é um grupo de estudos dedicado ao estudo amplo das relações interétnicas. Nosso propósito é a produção e divulgação do conhecimento produzido por estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e campos de atuação.

O Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) foi formado em 1997 por estudantes e pesquisadores de graduação e pós-graduação do Departamento de Antropologia (DAN) e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB), tendo como Coordenador o Prof. Dr.

Stephen Grant Baines e a colaboração de Maxim Repetto, na época, mestrando em Antropologia.

Desde sua criação buscamos abrir um espaço crítico de diálogo acerca de temas referentes às relações interétnicas em termos abrangentes, sendo estimulada a divulgação de trabalhos em nosso Boletim e a participação em nosso programa de seminários.

Vários projetos de pesquisa foram iniciados e realizados a partir das discussões do Geri, o que viabilizou a elaboração de monografias de graduação e pós-graduação, artigos e a organização de grupos de trabalho em congressos científicos. Parte desses resultados podem ser acessados através do Boletim Anual do Geri disponível em nossa página.

Venha conhecer o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri). Apresente seus trabalhos e publique seus textos na Interétnica – Revista de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas.

<http://e-groups.unb.br/ics/dan/geri/index.php?page=0>

O IEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos seus territórios e dos recursos naturais com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida *expertise* em processos de articulação entre setores que, historicamente, têm tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atendem indivíduos que atuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Desse público destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

Missão

Capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável.

